

AO ILUSTRE SR. PREGOEIRO DO SETOR DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE - MT.

HOSPCOM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.743.288/0001-08, sediada à Rua 104, n.º 74, Setor Sul, Goiânia, Estado de Goiás, CEP: 74.083-300, vem, com fundamentos da legislação de licitações e no edital do pregão de n.º 17/2022 do Município de Várzea Grande, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face da decisão de classificação da (1ª) **ALFA MED SISTEMAS MÉDICOS LTDA**, (2ª) **INOVAÇÃO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**; (3º) **LIFEMED IND. DE EQUIP. E ART. MEDICOS E HOSP LTDA**, classificadas nesta ordem indevidamente para o item 15 – monitor multiparâmetro.

I. BREVE RESUMO DA LIDE

Trata o presente de recurso administrativo interposto nos autos do Pregão Eletrônico **17/2022** promovido pelo Município de Várzea Grande, a fim de demonstrar as graves ilegalidades constantes na classificação do certame, o que será realizado através de argumentações técnicas e embasamentos válidos.

II. DAS RAZÕES RECURSAIS

ILEGALIDADE NA CLASSIFICAÇÃO DO PREGÃO – AUSÊNCIA DE CAPACIDADE TÉCNICA DO LICITANTE CLASSIFICADO

- **1ª CLASSIFICADA – ALFA MED SISTEMAS MÉDICOS LTDA**

Trataremos sobre a necessidade de desclassificação da empresa que cotou o monitor **VITA I120** da fabricante **ALFA MED SISTEMAS MÉDICOS LTDA** para o item 15 - monitor

multiparâmetro com capnografia, equipamento que não atende na íntegra a solicitação do termo de referência, sendo assim, elencamos abaixo os pontos para comprovação do fato.

No termo de referência é solicitado:

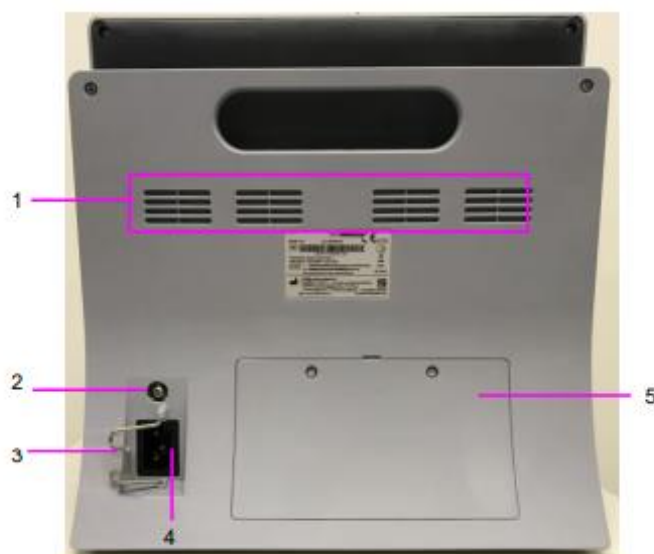
- ***“Possibilidade de inclusão de módulos futuros como Débito Cardíaco (D.C), Capnografia (ETCO2) Sidestream; Módulo registrador e 2 canais de Pressão Invasiva (PI);”***

Todas as marcas de monitores multiparametros possuem em seus portfolios equipamentos com parâmetros pré-configurados ou de configuração modular.

A empresa ALFAMED, não cumprindo com o edital oferta equipamento pré configurado que por não atendimento ao edital torna o equipamento bem mais barato justamente pelo não atendimento ao exigido, pois não haverá possibilidade de inclusão de módulos futuros.

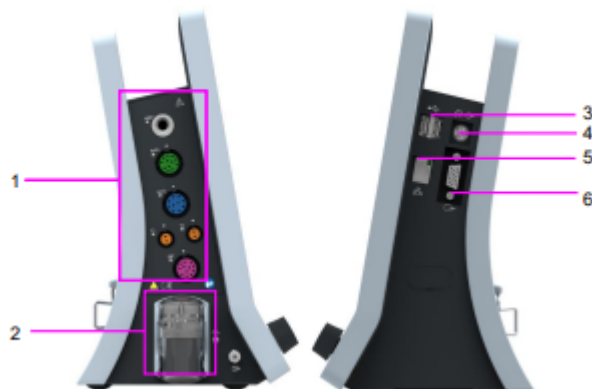
Foi verificado no manual e catálogo encaminhado pela empresa vencedora, porém foi encontrado que o equipamento ofertado é um equipamento pré-configurado, sendo assim não dá a possibilidade de inclusão de módulos futuros, segue abaixo imagens retirada do manual nas paginas 14 e 15, comprovando o ponto acima.

3.1.2 Vista traseira



1	Dissipador de calor
2	Terminal de aterramento equipotencial, se o monitor ou outra unidade de processamento forem utilizados em exames internos no coração, assegure-se de que a sala incorpore um sistema de aterramento equipotencial ao qual o monitor e outra unidade de processamento tenham uma

3.1.3 Vista lateral



1	Interface do sensor
2	Coletor de água CO2
3	Interfaces USB
4	<p>Porta de sincronização de chamada de enfermeira / saída analógica / desfibrilador.</p> <p>Porta de chamada de enfermeira: conecta o monitor ao sistema de chamada de enfermeira do hospital. As indicações de alarmes são alertadas através do sistema de chamada de enfermeira, se configuradas para esta finalidade.</p> <p>Saída analógica: o monitor envia a forma de onda através da porta.</p> <p>Sincronização do desfibrilador: o monitor envia o sinal de sincronização do desfibrilador através da porta.</p>
5	Interface de rede - conecta o monitor ao sistema de monitoramento central via cabo de rede padrão, o que permite que o CMV e o monitor obtenham uma comunicação bidirecional.
6	Saída VGA

3.2 Operação e Navegação

Tudo o que você precisa para operar o monitor está na tela. Quase todos os elementos na tela são

15

a

E o cumprimento desta solicitação é de extrema importância pois são parâmetros adicionais que em momento oportuno serão adquiridos pelo órgão e que possuem um custo elevado, visto não haver portas para inserção de módulos o órgão terá que fazer aquisição de novo equipamento e não apenas de módulo complementar, o que gera imenso prejuízo ao erário. Em uma comparação do equipamento ofertado pela vencedora que oferta equipamento pré configurado sem portas para inserção de módulos futuros, é notório que seria arbitrário manter essa decisão fere a isonomia entre as propostas pois torna uma competição desleal desfavorecendo as empresas que cotaram equipamentos completos e que atendem ao exigido em edital.

Em um processo licitatório é esperado que a empresa classificada apresente todos os itens referenciados no termo de referência e após analisarmos os documentos apresentados, o equipamento ofertado não cumpre com os pré-requisitos técnicos solicitados acima, assim desclassificando a vencedora no processo.

- **2ª CLASSIFICADA – INOVAÇÃO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

Trataremos também sobre a necessidade de desclassificação da empresa que cotou o monitor **NC12** da fabricante **COMEN** para o item 15 – monitor multiparâmetro com capnografia, equipamento que não atende na íntegra a solicitação do termo de referência, sendo assim, elencamos abaixo os pontos para comprovação do fato.

No termo de referencia é solicitado:

- **“monitorizar parâmetros de QT/QTc”**

Após análise da ficha de especificações técnicas e no manual encontrado no site da ANVISA sob o numero de registro: 80047300750, não foi comprovada a presença desta tecnologia, e por se tratar de um software que realiza o calculo da onda QT corrigida (QTc), visualizamos tratar-se de solicitação de extrema importância para o equipamento licitado.

A medição do intervalo QT (QTm) e QT corrigido (QTc) deve ser rotineira na avaliação eletrocardiográfica, o cálculo da onda QT corrigida (QTc) é realizado por meio de um software e tem de extrema importância para o ideal funcionamento do equipamento.

Atualmente este cálculo pode ser feito de forma manual pela equipe de profissionais, porém com este software solicitado no edital o equipamento calcula automaticamente esta correção, que tem como objetivo corrigir a frequência cardíaca da onda QT durante o tempo de monitorização do paciente.

Esta informação de forma automática e rápida, traz ao operador um diagnóstico precoce e seguro do paciente, como por exemplo, o caso de uma possível morte súbita, promovendo a aplicação de condutas médicas corretas e aumentando a expectativa de vida do paciente.

Outro ponto importante discutido sobre a correção da onda QT, é que atualmente os pesquisadores incluíram esta tecnologia como um pilar da análise para pacientes com COVID - 19, pois diferentes terapias foram propostas para o seu tratamento, de modo que algumas interações medicamentosas podem prolongar patologicamente o intervalo QT em pacientes de alto risco devido à predisposição genética ou naqueles com predisposição adquirida.

Essa análise automática é de extrema importância, consegue avaliar precocemente as próximas condutas médicas, trazendo maior segurança e eficácia nos tratamentos terapêuticos sobre este paciente.

E o cumprimento destas solicitações é de extrema importância, em um processo licitatório é esperado que a ganhadora apresente todos os itens exigidos no termo de referência, e após analisarmos os documentos apresentados, o equipamento ofertado não cumpre com os pré-requisitos técnicos solicitados acima, assim desclassificando a vencedora no processo pelo não cumprimento aos requisitos do edital.

- **“faixa de frequência cardíaca: 30 a 300 bpm”;**

Após análise da ficha de especificações técnicas e do manual encontrado no site da ANVISA sob o número de registro: 80047300750, foi comprovado que o equipamento ofertado possui uma faixa de análise de frequência de pulso (FP) de “20 bpm a 254 bpm”, assim sendo 15,3% a menos do solicitado pelo edital. Para um parâmetro de extrema importância nos dias de hoje, pois as doenças respiratórias estão sempre presente em nossa sociedade, com formas e sintomas diferentes, o equipamento com uma faixa limite superior de 300 bpm consegue avaliar todas possíveis variações de frequência de pulso trazendo uma maior segurança e amplitude na avaliação e monitorização do paciente.

Estas características solicitadas pelo órgão são de extrema importância para o melhor funcionamento do equipamento, mas após a análise da documentação anexada no portal da ANVISA, sob o link: <https://consultas.anvisa.gov.br/#/saude/25351636419201963/?numeroRegistro=80047300750>.

O equipamento ofertado não atende o edital por completo assim não suprimindo a demanda e devemos lembrar que a ANVISA deixa a cargo de cada fabricante a responsabilidade de atualizar o manual de operação na plataforma, com o objetivo de facilitar a consulta e análise do equipamento ofertado.

Sugerimos ao órgão solicitante que desconsidere qualquer informação adicional que a fabricante apresente fora do que consta no manual registrado na ANVISA pela isonomia do processo, trazendo uma maior segurança e certeza na aquisição do produto.

- **3ª CLASSIFICADA – LIFEMED IND. DE EQUIP. E ART. MEDICOS E HOSP LTDA**

Trataremos ainda sobre a necessidade de desclassificação da empresa que cotou o monitor **LIFETOUCH M12** da fabricante **LIFEMED** para o item 15 – monitor multiparâmetro com capnografia, equipamento que não atende na íntegra a solicitação do termo de referência, sendo assim, elencamos abaixo os pontos para comprovação do fato.

No termo de referencia é solicitado:

- **“Possibilidade, comprovada em manual, de medida de DELTA PP (PPV) AUTOMÁTICO;”**

O edital exige e foi verificado no manual anexado na ANVISA e no catálogo do equipamento, porém não foi encontrado que o equipamento possui esta tecnologia, assim não cumprindo com a faixa solicitada no edital.

Estas características solicitadas pelo órgão DELTA PP (Delta = variação; PP = pressão de pulso). A pressão de pulso é a diferença entre a pressão sistólica e a pressão diastólica. Ela varia de acordo com o débito cardíaco, ou seja, quanto maior a diferença entre as 2 pressões, maior o débito cardíaco, característica de extrema importância para a melhor usabilidade do equipamento, mas após a análise da documentação anexada no portal da ANVISA, sob o link: <https://consultas.anvisa.gov.br/#/saude/25351661361201996/?numeroRegistro=10390410103>. o equipamento ofertado não atende ao edital por completo, assim não suprimindo a demanda e devemos lembrar que a ANVISA deixa a cargo de cada fabricante a responsabilidade de atualizar o manual de operação na plataforma com o objetivo de facilitar a consulta e análise do equipamento ofertado.

Diante da ausência de cumprimento, a licitante interpõe o presente recurso, nos termos do direito que lhe é concedido pela Constituição Federal e pela lei de licitações.

O art. 5º da Constituição Federal preconiza que:

“Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;”

Ainda nesta seara, ressalta a evidente necessidade de apontamento de um profissional que tenha conhecimento técnico para julgar se a empresa recorrida atende ou não aos requisitos do termo de referência.

Isso porque assim disciplina o art. 17, XI do Decreto nº 10.024/2019 e porque, conforme prevê o art. 9º da Lei nº 10.520/2002, as normas da lei nº 8.666/1993 se aplicam subsidiariamente à modalidade do pregão. *In verbis:*

Art. 9º - Aplicam-se subsidiariamente, para a modalidade de pregão, as normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Por sua vez, o art. 109, § 4º, da Lei nº 8.666/1993 dispõe:

§ 4º - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

A Constituição Federal ainda descreve em seu Art. 37, XXI acerca do dever da **Administração Pública obedecer aos princípios da legalidade** – aqui tratado como as normas previstas em edital – e, ainda, aos princípios da moralidade e igualdade de condições a todos os concorrentes.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)

Outrossim, a Lei de Improbidade Administrativa destaca no seu texto que todos os agentes públicos têm o dever de velar pela observância dos princípios da Administração Pública, *in verbis*:

“Art. 4º - Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência no trato dos assuntos que lhe são afetos.” (Lei n.º 8.429/92).

O entendimento dos Tribunais de Justiça é ratificado quanto a impossibilidade de classificação de empresas que não atendem aos termos do edital, sendo certo que eventual decisão de classificação das empresas incorrerá em nulidade da decisão:

DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL PARA REALIZAÇÃO DE OBRA ASFÁLTICA. **NÃO ATENDIMENTO A REQUISITOS DO EDITAL. DESCLASSIFICAÇÃO DA IMPETRANTE.** NÃO CONFIGURAÇÃO DE VIOLAÇÃO A DIREITO LÍQUIDO E CERTO. I - **Em sede de licitação não configura a hipótese de violação a direito líquido e certo, ensejadora de mandado de segurança, a desclassificação de licitante que não atendeu aos requisitos do edital, estabelecidos de forma clara e objetiva.** II - Uma vez previsto no edital que a denominada “DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA”, deverá ser apresentada pelo engenheiro Responsável Técnico pela obra licitada, com as qualificações técnicas previstas em item anterior, apresentada dito documento por outro profissional, não detentor de tais qualificações técnicas, tem-se por não atendidos os requisitos previstos, situação que, por si só, enseja a desclassificação do vencedor. III - Dita desclassificação prescinde, inclusive, de recurso dos demais licitantes, tendo em vista que, **por força do princípio da “vinculação” que orienta o processo licitatório, tanto os licitantes quanto a Administração ficam vinculados aos termos do edital que constitui a lei interna da licitação.** REMESSA CONHECIDA E IMPROVIDA. (TJGO, DUPLO GRAU DE JURISDICAÇÃO 345402-30.2009.8.09.0021, Rel. DES. LUIZ EDUARDO DE SOUSA, 1ª CAMARA CIVEL, julgado em 29/06/2010, DJe 639 de 12/08/2010) (Grifo Nosso)

Dessa forma, diante das graves ilegalidades aqui constatadas, havendo grave desrespeito à legislação e seus princípios legais, a HOSPCOM apresenta suas razões recursais, a fim de que seja a empresa desclassificada, em razão do não atendimento técnico ao disposto em Edital.

III. DO PEDIDO

Ante o exposto, **REQUER** seja recebido o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** a fim de que sejam desclassificadas a (1ª) **ALFA MED SISTEMAS MÉDICOS LTDA**, (2ª) **INOVAÇÃO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**; (3ª) **LIFEMED**

IND. DE EQUIP. E ART. MEDICOS E HOSP LTDA, haja vista a grave ilegalidade e desrespeito às exigências e características do descritivo dos itens ofertados e ainda do grave desrespeito ao princípio da economicidade e ampla concorrência, sob pena de incorrer em flagrante ato de improbidade administrativa.

*Termos em que,
Pede e espera deferimento.*

Goiânia, 03 de março de 2023.

HOSPCOM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI
CNPJ sob o n. 05.743.288/0001-08